

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Tel : +251 11 551 77 00

Fax: +251 11 551 78 44

**8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
DO TRABALHO E ASSUNTOS SOCIAIS
DA UNIÃO AFRICANA
11 – 15 DE ABRIL DE 2011
YAOUNDÉ, CAMARÕES**

LSAC/MIN/REPORT (VIII)

**TEMA: “Promover o Emprego para a Coesão Social e o
Crescimento Inclusivo”**

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS DA OITAVA
SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO E ASSUNTOS
SOCIAIS DA UNIÃO AFRICANA
14 – 15 DE ABRIL DE 2011, YAOUNDÉ, CAMARÕES**

INTRODUÇÃO

1. A Reunião dos Ministros da Oitava Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da União Africana (CTAS8) foi realizada no Palais des Congress, Yaoundé, Camarões, de 14 a 15 de Abril de 2011. O Tema da Conferência foi **“Promover o Emprego para a Coesão Social e o Crescimento Inclusivo”**.

PARTICIPAÇÃO

2. A Reunião dos Ministros contou com a participação de Delegados e Parceiros Sociais dos seguintes Estados-membros da UA: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botswana, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo, Egipto, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné Equatorial, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Árabe Sarauí Democrática, República Centro-Africana, Senegal, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia e Zimbabué.

3. Os seguintes Órgãos da UA, Comunidades Económicas Regionais, Organizações Intergovernamentais e Não-governamentais e Parceiros de Cooperação fizeram-se representar: Corpo de Jovens Voluntários Africanos, Centro Regional Africano de Administração do Trabalho (ARLAC), Business South Africa (BUSA), Embaixada da Palestina, Embaixada dos Estados Unidos da América, Organização Internacional do Trabalho (OIT), União Internacional das Telecomunicações (UIT), Confederação Internacional dos Sindicatos (ITUC-AFRICA), Organização da Unidade dos Sindicatos Africanos (OATUU), Associação Pan-africana de Produtividade (PAPA), Confederação Pan-africana dos Empregadores (PEC), Réseau African Des Jeunes En Population Et Développement (Afriyan-Cameroun), Rede dos Jovens Africanos para o Desenvolvimento, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP).

Ponto 1 da Agenda: ABERTURA

4. No seu discurso de abertura, o Secretário-geral da Organização da Unidade dos Sindicatos Africanos, Sr. Hassan A. Sunmonu, realçou a necessidade de políticas de desenvolvimento centradas nas pessoas a fim de melhorar o bem-estar social das pessoas e contribuir ao mesmo para o crescimento económico. A oferta de educação de qualidade para aumentar a empregabilidade dos jovens e a urgência de satisfazer as oito necessidades básicas e os direitos humanos das pessoas foram consideradas o alicerce das políticas económicas.

5. O Sr. John Saki, Presidente da Confederação Panafricana dos Empregadores salientou, no seu discurso de abertura, que a CTAS é um fórum para partilhar experiência e uma plataforma para coordenar as posições comuns africanas em relação à questões importantes. Ele sublinhou a necessidade de um sector privado pulsante para manter o crescimento económico em África. Ele salientou ainda a

importância de atrair investimentos em África e da continuação do diálogo com os parceiros sociais.

6. O Director Regional (DR) para a África da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Sr. Charles Dan, reiterou a necessidade de reconciliar as duas facetas de África, o lado económico, que é caracterizado por um crescimento dinâmico e rápido, e o lado social, que é caracterizado pelo aumento da desigualdade e da pobreza. Ele salientou o papel da CTAS para a reconciliação destas duas facetas de África, bem como facilitação do crescimento e desenvolvimento social. O DR realçou que o investimento na educação, informação e protecção dos investimentos é o futuro de África.

7. No seu discurso de abertura, S.E. Adv. Bience Gawanas, Comissária para os Assuntos Sociais da Comissão da UA, realçou que o emprego vulnerável expandiu-se em todo o continente, afectando seriamente a juventude, mulheres, a economia informal e os trabalhadores rurais pobres. Ela mencionou que a perda de emprego era mais predominante nos sectores de produção e serviços. A Comissária concluiu que a análise dos riscos e da vulnerabilidade é a chave para compreender a dinâmica que perpetua a pobreza, e que isto requer um conjunto de intervenções no sector social baseadas em apoio e advocacia aos níveis nacional, regional e continental.

8. No seu discurso inaugural, o Primeiro-ministro, S.E. Phlimon Yang, em nome do Presidente da República dos Camarões, deu as boas-vindas aos delegados à 8ª Sessão da CTAS. Ele manifestou apreço à Comissão por ter escolhido os Camarões para acolher esta reunião. O Primeiro-ministro indicou que o tema da Conferência “Promover o Emprego para a Coesão Social e o Crescimento Inclusivo” coloca a questão do emprego no centro das questões de desenvolvimento. A coesão social é a plataforma para o entendimento social e iria permitir o crescimento do continente. Ao nível social, a necessidade de promover o emprego deve tomar em consideração os efeitos da globalização, para além dos níveis elevados de desemprego, crescimento rápido da economia informal, estigmatização e exclusão social. Ao concluir o seu discurso, S.E. Primeiro-ministro destacou que a sessão serve de uma oportunidade para partilhar experiências e reflectir sobre ideias que irão reforçar a compreensão dos problemas do desemprego, bem como procurar formas para criar esperança para uma juventude dinâmica.

Ponto 2 da Agenda: PROCEDIMENTO

A) Eleição da Mesa

9. Os Ministros elegeram os membros da Mesa para a 8ª Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da União Africana como se segue:

Presidente:	Namíbia (Região da África Austral, Governo)
1º Vice-presidente:	Camarões (Região da África Central, Governo)
2º Vice-presidente:	Senegal (Região da África Ocidental, Trabalhadores)
3º Vice-presidente:	Tanzânia (Região da África Oriental, Empregadores)
Relator:	Tunísia (Região da África do Norte, Governo)

10. O Comité de Redacção foi composto pelo Relator da Reunião e 3 funcionários do Departamento de Assuntos Sociais da Comissão da UA.

B) Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho

11. A reunião adoptou a agenda e o programa de trabalho constituído por 9 pontos.

Ponto 3 da Agenda: ANÁLISE DO RELATÓRIO DE S.E. PRESIDENTE DA COMISSÃO DA UA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO E ASSUNTOS SOCIAIS DA UNIÃO AFRICANA

12. S.E. Comissária para os Assuntos Sociais da Comissão União Africana apresentou o relatório de S.E. Presidente da Comissão da UA sobre a Implementação das Recomendações da 7ª Sessão Ordinária da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais da União Africana.

13. Neste contexto, a reunião levantou as seguintes questões:

- (i) As futuras políticas de emprego devem enfatizar o aumento de postos de trabalho nas zonas rurais;
- (ii) Deve-se organizar uma sessão especial sobre o grau de implementação do Plano de Acção de Ouagadougou de 2004, com indicadores claros sobre o que foi alcançado, bem como a via a seguir relativamente à promoção de emprego e alívio da pobreza, incluindo o emprego para a juventude;
- (iii) O lançamento da campanha da UA de combate ao tráfico de seres humanos (AU.COMMIT), para a SADC e ECCAS, terá lugar em Botswana, em Outubro de 2011.
- (iv) O papel importante da economia informal na criação de empregos e redução da pobreza no que se refere à sua enorme contribuição para o emprego de jovens e mulheres, bem como para o crescimento, embora permaneça ainda prejudicada pela falta de medidas adequadas de protecção social e fraca produtividade. Portanto, há necessidade de defender e fazer campanhas para o seu reconhecimento.

14. A reunião tomou nota do Relatório do Presidente da CUA e adoptou as seguintes recomendações contidas no Relatório relativas aos pontos não discutidos na Reunião dos Peritos.

i. Reforço das Capacidades e Modernização dos Serviços Públicos de Emprego e Administração do Trabalho

- a. A CUA vai facilitar a prestação de assistência técnica aos Estados-membros;

- b. A CUA, em colaboração com as CER, vai trabalhar no sentido de harmonizar os quadros jurídicos Laborais e de Protecção Social com vista a facilitar a migração da mão-de-obra em África, e a integração dos mercados de trabalho no continente;

ii. Criação da Equipa de Peritos em Economia Informal

- a. A CUA deve defender a instituição do mês de Maio como o Mês Africano da Economia Informal. A cada dois anos, eventos bienais sobre o Mês Africano da Economia Informal serão organizados durante o mês;
- b. A CUA deve levar a cabo um estudo sobre a viabilidade técnica e financeira da criação de um Centro Africano para a Economia Informal;
- c. Um antigo Chefe de Estado de um Estado-membro da UA deve ser designado como Embaixador para a Economia Informal. O seu nome poderia ser proposto pela 8^a Sessão da CTAS para adopção pela Cimeira da UA em Malabo, Julho de 2011;
- d. A CUA deve sensibilizar os órgãos competentes das CER, o Parlamento Pan-Africano e as instituições membros, e a NEPAD, para levarem a cabo intervenções e actividades de implementação conjuntas;
- e. A CUA deve lançar e manter o Website e o Boletim Informativo sobre Economia Informal também para sensibilizar e defender o Plano de Protecção Social para os Trabalhadores da Economia Informal e Rurais (SPIREWORK);

iii. Melhoria da Produtividade

- a. A CUA deve facilitar a mobilização de recursos necessários para a implementação da Agenda de Produtividade para África;
- b. A CUA deve levar a cabo um estudo sobre a viabilidade técnica e financeira de um Órgão Dirigente Continental para a Produtividade.

Ponto 4 da Agenda: DEBATE: APRESENTAÇÃO DO PAINEL MINISTERIAL E DEBATE SOBRE: EMPREGO JUVENIL PARA A COESÃO SOCIAL E O CRESCIMENTO INCLUSIVO EM ÁFRICA

15. O Debate foi moderado por S.E. Adv. Bience Gawanas, Comissária do Departamento dos Assuntos Sociais. O Director dos Assuntos Sociais Dr. Olawale I. Maiyegun, fez uma breve apresentação sobre o “**Documento de Base e de Orientação sobre o Emprego Juvenil para a Coesão Social e o Crescimento Inclusivo**”, elaborado pela Comissão. Posteriormente, os membros do Painel fizeram a sua apresentação relacionada com o tópico em discussão.

16. S.E. Annonciato Sendazirapa, Ministra da Função Pública, Trabalho e Segurança Social do Burundi, mencionou que o seu país acabou de sair de um conflito, e possui

programas de reabilitação de crianças-soldado (2.500) e dos soldados desmobilizados (15.000). Após fazer alusão a outras estratégias mencionou que o Governo do Burundi iniciou a resolução do problema do emprego no seio da juventude. Ela concluiu afirmando que a reforma do sector de formação profissional com vista a criar uma ligação com o mercado de trabalho e as necessidades de desenvolvimento constitui a principal estratégia para capacitar a juventude e a mulher em empreendedorismo, particularmente em desenvolvimento empresarial local, como é o caso do Burundi. Ela destacou o inquérito sobre recursos humanos levado a cabo pela EAC com o objectivo principal de apoiar a empregabilidade dos jovens na região. Ela fez alusão ao défice de financiamento das políticas de emprego e fez referência à sua inclusão adequada na Estratégia de Redução da Pobreza como uma solução eficaz.

17. O Sr. Mthunzi Mdwaba, Vice-presidente da Business South Africa (BUSA), em representação das organizações de empregadores, fez alusão à sua experiência como empresário jovem e enfatizou que o maior desafio para a África é acreditar em si mesma, e confiar na juventude. A descentralização e a necessidade de ministérios governamentais relevantes (educação, TVET, Emprego, Ciência e Tecnologia, etc.) para trabalharem em conjunto a fim de assegurar que as competências necessárias sejam oferecidas na educação e formação profissional, devem ser abordadas. Há igualmente uma falta de orientação empresarial nos sistemas de educação em África como o conteúdo tecnológico nos currículos. Constatou-se igualmente uma falta de cooperação entre as instituições de formação públicas e privadas. Deve-se evitar criar uma base irregular no mercado de trabalho devido ao acesso desigual às TIC. Portanto, é importante que os intervenientes partilhem os seus programas.

18. S.E. Louh Tayeb, Ministro do Trabalho, Emprego e Segurança Social da Argélia, realçou o facto de África necessitar de confiar no seu próprio povo e reiterou os programas que o Governo da Argélia iniciou para apoiar a juventude a criar o seu próprio emprego. Entre estes destaca-se a assistência financeira, nos últimos três anos, e a provisão de empréstimos bancários, garantidos pelo Governo aos empresários jovens e regimes de micro-crédito, com sistemas diferenciados de prestação de serviços que respondem às necessidades de grupos específicos da juventude, como os recém-formados, jovens não qualificados com baixo nível de escolaridade. Ele destacou a Parceria Público-Privada para o acesso dos jovens às empresas através da Formação no Local de Trabalho a fim de adquirirem experiência para que tenham um emprego permanente. Ele ressaltou a importância fundamental da transparência na gestão dos programas de promoção do emprego juvenil.

19. O Sr. Hassan A. Sunmonu, Secretário-geral da Organização da Unidade dos Sindicatos Africanos, informou que os Sindicatos além de defender os direitos dos trabalhadores providenciam igualmente formação em desenvolvimento de planos de negócios. Contudo, o problema está no facto de os bancos não apoiarem os jovens em termos de concessão de empréstimos para iniciarem os seus negócios. Os Sindicatos começaram igualmente a investir em hotéis, bancos, vilas turísticas e apartamentos de férias para os seus membros. A educação de adultos e o emprego nos sectores da agricultura e energia devem ser dados prioridade.

20. S.E. Perevet Fachari, Ministro do Emprego e Formação dos Camarões, enfatizou a necessidade de realizar reformas em particular no que diz respeito à formação profissional, sua coordenação e gestão. As estratégias regionais de TVET devem ser apoiadas de modo a enfrentar o custo elevado e insuportável da aquisição de

competências a nível nacional. Ele salientou a necessidade de colocar os objectivos de criação de emprego no centro das políticas macroeconómicas e de desenvolvimento sectorial com mecanismos adequados a serem desenvolvidos para coordenar a implementação das políticas. No seu país, vários programas de criação de emprego juvenil são implementados, que requerem a criação de mecanismos de coordenação eficazes para aumentar os seus resultados e impactos. O Ministro enfatizou o imperativo de reforçar a capacidade e modernização das instituições responsáveis pelo mercado de trabalho no continente, a fim de assegurar o bom funcionamento dos sistemas de informação sobre o mercado de trabalho e adoptar estratégias de financiamento para a implementação eficaz das políticas de emprego.

21. Um especialista em questões de emprego debruçou-se sobre as preocupações da juventude que emanaram da recente Conferência da Juventude Pré-cimeira em Adis Abeba. Ele reiterou que os jovens africanos devem ser dados visibilidade para as competências que possuem e que eles merecem as mesmas oportunidades à semelhança dos jovens em outras partes do mundo, tais como o acesso a empréstimos para estudos ou iniciar o seu próprio negócio em vez de continuarem a enfrentar frustrações. Ele reconheceu que o Plano de Acção de Ouagadougou 2004 contém as estratégias necessárias para a criação de emprego para os jovens e tem de ser revisto em face da actual crise de emprego para os jovens.

22. O Dr. Kamal Elkheshen, Vice-presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, informou à Reunião sobre a percepção e resposta do Banco ao fenómeno do desemprego juvenil através do desenvolvimento de uma estrutura adequada para ajudar os seus países membros regionais (RCMs). O BAD vai ajudar os seus RCMs com acções imediatas: (i) integração da componente de criação de emprego nas suas actividades (acordos sectoriais de apoio orçamental, fundos sociais), (ii) actualização da base de conhecimento para a tomada de decisões políticas sobre o emprego através da análise do mercado de trabalho ou avaliação da política de emprego juvenil, (iii) apoio a incubadoras de empresas para criar empresas para os jovens, e (iv) empréstimos para pequenas e micro empresas através de linhas de crédito para intermediários financeiros. Haverá acções de Médio e Longo Prazos tais como: (i) assistência a programas integrados de TVET/aprendizagem programas orientados para o sector privado e informal, (ii) maior apoio às reformas do ensino superior para que tenha mais capacidade de resposta às necessidades do mercado de trabalho, (iii) apoio à produtividade agrícola, (iv) promoção do emprego rural - agricultura biológica, micro-empresas baseadas em energia ecológica, agro-processamento e actividades de adaptação da comunidade. O Dr. Kamal reiterou a prontidão contínua do BAD para disponibilizar a sua experiência, aconselhamento e assistência estratégica.

23. Um certo número de Estados-membros tomou a palavra para partilhar as suas respectivas experiências e reiterou o seu apelo a CUA para facilitar a gestão de informação e do conhecimento sobre as lições aprendidas no desenvolvimento do empreendedorismo, desenvolvimento de competências e reformas de TVET, emprego rural, a experiência em contextos pós-conflito, parcerias público-privadas, mecanismos de financiamento de políticas de emprego, incluindo sistemas de financiamento baseadas na confiança, como a Agência Zakat para as micro-empresas, etc.

24. Após o debate, os Ministros tomaram as seguintes decisões:

- (i) A CUA deve incorporar as contribuições da 8ª sessão da CTAS no Documento sobre o Emprego Juvenil e distribuí-lo na Cimeira de Junho-Julho de 2011, que deverá incluir o desenvolvimento da aprendizagem e os sistemas de ensino à distância para os jovens;
- (ii) As Acções Prioritárias destinadas a reduzir em 2% ao ano o desemprego no seio da juventude devem ser aprovadas como um incentivo para o alcance das metas de criação de emprego;
- (iii) Os Estados-membros e os Parceiros Sociais devem aumentar o investimento na educação e formação, bem como no empreendedorismo da juventude africana para torná-la auto-suficiente;
- (iv) Os Estados-membros devem desenvolver quadros legislativos para promover ambientes jurídicos e financiamento para a criação de emprego para os jovens;
- (v) Juntamente com os Programas Nacionais de Emprego Juvenil, as CER devem desenvolver Planos de Acção Regionais para a Criação de Emprego Juvenil, bem como facilitar programas de voluntários para a formação profissional ao nível das regiões;
- (vi) A implementação de políticas de emprego deve ser coordenada ao mais alto nível nos Estados-membros, através das suas instituições nacionais de acompanhamento do Plano de Acção de Ouagadougou de 2004, que deve incluir o reforço de capacidades a nível do governo local de modo a promover a criação de emprego (coordenação a nível nacional, acções a nível local), em colaboração com os parceiros internacionais, em particular o BAD;
- (vii) Através do Corpo de Jovens Voluntários da UA, os jovens podem ser envolvidos para apoiar no mapeamento das actividades da economia informal, e no desenvolvimento e manutenção dos Sistemas de Informação sobre o Mercado do Trabalho;
- (viii) Os Estados-membros e as CER devem facilitar o desenvolvimento de Quadros de Certificação Nacional e Regional para a Educação e Formação Profissional, paralelamente aos Planos de Acção Nacionais e Regionais para o Emprego Juvenil que foram harmonizados para facilitar a mobilidade da mão-de-obra no continente;
- (ix) A CUA e as CER devem, conjuntamente, levar a cabo análises de oportunidades e necessidades dos mercados de trabalho regionais para que haja uma harmonização melhor e dinâmica com os resultados do sistema de TVET;
- (x) Para além do reforço e modernização dos serviços públicos de emprego, incluindo a orientação profissional para os jovens, deve ser criado um espaço jurídico e fiscal nos Estados-membros para que os jovens possam criar o seu próprio emprego.

Ponto 5 da Agenda: ANÁLISE DO RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS PERITOS

25. Os Ministros analisaram as recomendações do Relatório da Reunião dos Peritos e tomaram as seguintes decisões:

I. Ponto 3 da Agenda: Terceiro Relatório Bienal de Acompanhamento sobre a Implementação, Monitorização e Avaliação da Declaração e Plano de Acção de Ouagadougou de 2004

- a. A Decisão do Conselho Executivo de realizar reuniões bienais da CTAS deve ser reavaliada de modo que as sessões sejam realizadas numa base anual, e a Comissão da UA deve apresentar o assunto à próxima sessão do Conselho Executivo;
- b. As políticas de emprego nacionais e regionais devem ser revistas, actualizadas e implementadas;
- c. A CUA irá divulgar o relatório, bem como partilhar o seu conteúdo em ocasiões relevantes e a nível nacional e regional;
- d. A CUA, em colaboração com os parceiros internacionais tais como a OECD, OIT, UNESCO, FAO e UNIFEM/UNICEF, devem facilitar a partilha de experiência sobre a implementação da Declaração e Plano de Acção de Ouagadougou entre os Estados-membros. Isto inclui o desenvolvimento de uma brochura sobre Boas Práticas em matéria de Implementação do Plano de Acção de Ouagadougou para disseminação. A brochura deve destacar as práticas em matéria de Diálogo Social, Emprego Juvenil e para as Mulheres, Financiamento de Políticas de Emprego;

II. Ponto 4 (a) da Agenda: Mobilização de Recursos para a Implementação, Acompanhamento, Monitorização e Avaliação da Declaração e Plano de Acção de Ouagadougou de 2004

- a. Considerando que a UA adoptou o Plano de Acção de Ouagadougou de 2004 para a Promoção do Emprego e Alívio da Pobreza e que o financiamento das políticas de emprego ainda é um desafio, o enfoque deve ser sobre a análise de restrições, resolução de problemas;
- b. A CUA é exortada a colaborar com o BAD e facilitar o processo de implementação da Estratégia de Mobilização de Recursos proposta, dando prioridade a políticas orçamentais e fiscais firmes que abordem as necessidades das políticas de emprego;
- c. A CUA é incentivada a colaborar com o BAD e elaborar uma estratégia coordenada para a implementação das recomendações e compromissos do G20 sobre a gestão do mercado do trabalho e protecção social, durante as suas Cimeiras de Londres (Reino Unido) e Pittsburg (EUA);
- d. Os Estados-membros devem elaborar Quadros de Despesas de Médio Prazo específicos para a implementação e monitorização das políticas de

emprego para assegurar a sustentabilidade do orçamento nacional das políticas e programas de emprego;

- e. A CUA, em colaboração com o BAD e a OIT, deve desenvolver um plano integrado de reforço de capacidades em mobilização de recursos para o benefício dos Estados-membros e das CER;
- f. Devem ser levadas a cabo avaliações sobre o destino dos recursos para a criação de emprego, e após a identificação de novas áreas prioritárias, os recursos devem ser realocados às áreas priorizadas. Os recursos internos e externos devem ser utilizados para fornecer microcrédito aos regimes de criação de emprego para os jovens.
- g. Os Estados-membros devem desenvolver metas para o número de postos de trabalho a serem criados através das suas actuais dotações orçamentais;
- h. A CUA deve facilitar a realização de uma Reunião dos Doadores à margem da 100ª Sessão da ILC, em Genebra, em 2011, em colaboração com o BAD, Escritório da UA em Genebra, o Grupo Africano junto da OIT e a OIT;

III. Ponto 4(b) da Agenda: Projecto de Plano de Protecção Social para os Trabalhadores da Economia Informal e Rurais (SPIREWORK)

- a. Os Estados-membros devem promover a implementação do plano para a Protecção Social para os Trabalhadores da Economia Informal e Rurais (SPIREWORK) na sua agenda nacional e debater, desenvolver campanhas de sensibilização para promover e divulgar o instrumento, desenvolver planos concretos, mecanismos de monitorização e avaliação, e rever os seus quadros jurídicos e regulamentares nacionais para torná-los mais adequados às necessidades de protecção social dos trabalhadores da economia informal e rurais.
- b. A CUA deve desenvolver uma campanha de advocacia com uma ampla cobertura sobre o SPIREWORK;
- c. A CUA, o BAD e a OIT são exortados a trabalhar em conjunto para a implementação efectiva do **SPIREWORK**, particularmente a nível nacional;
- d. Os Estados-membros devem centrar-se no acesso aos mercados, tecnologia adequada, segurança e saúde no local do trabalho, e reforço de capacidades para melhorar a produtividade, bem como garantir a segurança no emprego dos trabalhadores da economia informal e rurais.

IV. Ponto 5 da Agenda: Quadro de Harmonização e Coordenação dos Sistemas de Informação sobre o Mercado de Trabalho em África

- a. Os Estados-membros devem reforçar os seus Sistemas de Informação sobre o Mercado de Trabalho, em conformidade com os quadros da UA de

harmonização de Estatísticas, de modo a facilitar a formulação, implementação e avaliação de políticas de emprego, incluindo uma base de dados sobre a juventude para o mercado de trabalho, indicadores claros e harmonizados;

- b. Os Estados-membros devem rever os seus Sistemas de TVET para uma melhor harmonização dos seus resultados com as necessidades do mercado de trabalho e de desenvolvimento;
- c. Os Estados-membros, a CUA e as CER são exortados a implementar o Projecto de Harmonização e Coordenação dos Sistemas de Informação sobre o Mercado de Trabalho, com o apoio dos parceiros internacionais;
- d. Há necessidade de levar a cabo um Inquérito harmonizado sobre a Mão-de-obra até 2013, a ser coordenado pela CUA e as CER.

V. Ponto 7 da Agenda: Sessões de Informação da CUA

- a. **Promoção do Emprego Juvenil nos Países saídos de Conflito com base nas Missões de Análise e Avaliação, incluindo os resultados do Seminário sobre o Emprego Juvenil nos Países Mencionados, Adis Abeba, Etiópia, Dezembro de 2010;**
 - (i) Os Estados-membros devem prestar atenção especial à situação de emprego nos países saídos de conflito, e em solidariedade com as vítimas de conflitos, refugiados, repatriados e pessoas deslocadas internamente, promover a instituição de empresas para a criação de emprego de modo a assegurar a paz, a reintegração e o desenvolvimento sustentáveis;
 - (ii) Os Estados-membros devem envolver-se em acções de solidariedade com os países de trânsito, e organizações que prestam assistência aos trabalhadores imigrantes, refugiados e PDIs, e assegurar a protecção e assistência às populações afectadas;
- b. **Implementação da Estratégia Conjunta África-CE e do seu Segundo Plano de Acção (2011-2013)**
 - (i) A CUA deve facilitar a designação de um Estado-membro para liderar a parceria e actividades específicas;
 - (ii) A CUA deve apoiar e facilitar a cooperação entre as organizações do sector privado de África e da UE e facilitar a primeira reunião entre a Confederação Pan-Africana de Empregadores (PEC) e suas organizações homólogas na UE;
 - (iii) A CUA deve colaborar com a Delegação da CE junto da CUA e preparar um Projecto a ser apresentado ao 10º FED e outros instrumentos de financiamento pertinentes em apoio à aplicação das

disposições relativas ao "emprego e protecção social" da 7ª Parceria Estratégica;

c. Plano de Acção de Ouagadougou de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, particularmente Mulheres e Crianças

- (iv) A CUA deve mobilizar recursos para o lançamento da campanha AU.COMMIT nas restantes Regiões de África;
- (v) A CUA deve organizar workshops de reforço de capacidades e formação em mais Regiões de África com vista a abordar os desafios destacados pelas CER e Estados-membros.

VI. Ponto 8 da Agenda: Relatório sobre as Actividades dos Membros Africanos do Conselho de Administração da OIT

- a. Relativamente às candidaturas dos Países Africanos aos Altos Cargos da OIT, os Ministros decidiram discutir o assunto numa sessão à porta-fechada;

VII. Ponto 9 da Agenda: Sessões de Informação dos Parceiros Sociais, CER, Agências Especializadas da UA e Organizações Inter-africanas

- a. A Reunião tomou nota das sessões de informação à reunião dos Peritos das seguintes organizações:
 - Organização da Unidade dos Sindicatos Africanos (OATUU);
 - Confederação Internacional dos Sindicatos (ITUC-AFRICA);
 - Associação Pan-africana de Produtividade (PAPA);
 - Confederação Pan-africana de Empregadores (PEC);
 - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC);
 - Centro Regional Africano de Administração do Trabalho (ARLAC);
 - Organização Internacional do Trabalho (OIT);
 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
 - Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP);
 - Business South Africa (BUSA);
 - Corpo de Jovens Voluntários Africanos;
 - União Internacional das Telecomunicações (UIT);
 - Réseau African Des Jeunes En Population Et Développement (Afriyan-Cameroun);
 - Rede dos Jovens Africanos para o Desenvolvimento;
 - Organização de Libertação da Palestina.

26. O Representante da Organização de Libertação da Palestina (OLP) discursou igualmente durante a reunião dos Peritos e agradeceu África pelo seu habitual apoio aos trabalhadores da Palestina. Uma declaração e resolução foram apresentadas à reunião dos Peritos. Os Ministros reiteraram o seu habitual apoio à causa da OLP.

Ponto 6 da Agenda: DIVERSOS

27. Não houve nenhum ponto para debate.

Ponto 7 da Agenda: DATA E LOCAL DA NONA SESSÃO DA CTAS

28. Os Ministros saudaram a oferta da República do Congo de acolher a Sessão da Comissão do Trabalho e Assuntos Sociais em 2013.

**Ponto 8 da Agenda: ADOÇÃO DO RELATÓRIO DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO DO TRABALHO E ASSUNTOS SOCIAIS DA
UNIÃO AFRICANA**

29. Os Ministros adoptaram o seu relatório com emendas.

Ponto 9 da Agenda: SESSÃO DE ENCERRAMENTO

30. O Presidente da reunião dos Ministros, S.E. Robert Nkili, Ministro do Trabalho e Segurança Social da República dos Camarões, agradeceu aos Ministros pelas suas contribuições construtivas, e à Comissão da UA pelo seu apoio técnico que tornou a reunião um sucesso. Ele realçou que eles seriam bem-vindos de volta à Yaounde, que foi a capital do Trabalho de África durante uma semana.

31. A reunião foi então dada por encerrada.